

Cinco palácios em Lisboa. Breve abordagem da arquitectura erudita portuguesa dos séculos XVII e XVIII

Helena Alexandra Mantas

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Instituição com fins humanitários criada em 1498 pela Rainha D. Leonor, possui um Património Arquitectónico importante e diversificado, resultante de doações, heranças, legados e aquisições. Paralelamente, existe um conjunto de imóveis cuja conservação e salvaguarda tem vindo a ser da competência da Instituição ainda que não lhe pertençam¹.

Em termo genéricos, trata-se de um conjunto de edifícios que se inserem em diferentes tipologias arquitectónicas, a maioria dos quais construções oito e novecentistas ainda que figurem neste conjunto importantes edifícios dos séculos XVI ao XVIII.

O presente estudo centra-se na arquitectura palaciana da Misericórdia de Lisboa, tipologia arquitectónica representada por um conjunto de quatro imóveis de características e épocas desiguais, um dos quais em co-propriedade. Três destes palácios situam-se no Bairro Alto, o quarto na Char-

neca do Lumiar, uma zona rural que acabou por ser abrangida pela cidade de Lisboa. Optámos, ainda, por incluir neste estudo um quinto palácio que não pertence à Misericórdia de Lisboa, tendo em conta que lhe foi cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, mediante Protocolo assinado em 1990, por um prazo de cinquenta anos.

Procuraremos proceder a uma análise histórica e artística deste conjunto de imóveis, encarando-os no contexto da arquitectura palaciana portuguesa e enquanto Património da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Sistematizando, é objectivo do presente estudo:

- Evidenciar as características que singularizam cada um dos edifícios em análise, sem deixar de os considerar como parte de um todo que é a malha urbana da cidade de Lisboa;
- Traçar a evolução de cada um dos imóveis em estudo, desde a sua génese até à actualidade, procurando detectar

1. Cf. *Cadastro do Património Imobiliário*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Direcção de Administração e Gestão do Património, 2002.



Sala do piso nobre do Palácio da Quinta Alegre com
pintura mural e de tecto do início do século XIX

alterações introduzidas na sua estrutura e no seu programa decorativo. Este tipo de análise revela-se particularmente importante uma vez que a remoção ou adição de elementos pode alterar o equilíbrio original dos edifícios. Por outro lado, as campanhas de obras de renovação estética operadas nos imóveis reflectem mais do que o gosto e as necessidades pessoais dos seus proprietários, as mudanças culturais operadas no país ao longo do tempo.

O Bairro Alto: três palácios do século XVII

O Bairro Alto nasce no reinado de D. Manuel I, numa zona exterior à muralha fernandina, como resposta aos problemas de circulação, saneamento e policiamento que se faziam sentir em Lisboa numa época de forte crescimento demográfico e económico. Na planificação e construção desta nova zona da cidade, mais tarde designada por Bairro Alto, foram aplicadas um conjunto de regras de urbanismo e arquitectura que se revelariam determinantes na configuração geral do espaço².

A partir do século XVI a malha urbana do Bairro Alto foi crescendo e sofrendo alterações em função de decisões políticas, das mudanças operadas ao nível do gosto estético e das necessidades de cada época, sem que com isso perdesse integridade. De destacar, a expansão do tecido urbano do Bairro Alto durante o reinado de D. João III, na sequência da construção da Casa Professa da Companhia de Jesus nesta zona, e a sua reestruturação a seguir ao Terramoto de 1755, por iniciativa do Marquês de Pombal à semelhança do que aconteceu noutras zonas da cidade.

Em termos genéricos o Bairro Alto apresenta uma malha urbana regular, quase ortogonal e densa, na qual se distinguem eixos estruturantes dispostos no sentido Sul/Norte e ei-

xos secundários dispostos perpendicularmente aos primeiros. Nas ruas do Bairro Alto podemos encontrar, lado a lado, arquitectura vernácula e erudita, casas senhoriais e prédios de rendimento, do século XVI ao século XIX, só muito excepcionalmente do século XX, verificando-se em muitos casos sobreposição de elementos de épocas variadas.

Quanto aos palácios do Bairro Alto, em geral apresentam linhas sóbrias, estabelecendo-se uma relação de continuidade entre arquitectura erudita e vernácula. Contudo, é preciso ter em conta que muitas das fachadas destes palácios e em particular os seus interiores, foram profundamente alterados na sequência do Terramoto de 1755, catástrofe que afastou a aristocracia lisboeta do Bairro Alto, adquirindo este um cariz eminentemente popular. Assiste-se, então, à adaptação de muitos palácios a prédios de rendimento, enquanto que os novos palácios, pombalinos e oitocentistas, eram erguidos nas zonas limítrofes do Bairro Alto, em ruas mais largas e desafogadas.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é proprietária de três antigos palácios neste Bairro lisboeta, dois dos quais ligados interiormente: o Palácio dos Marqueses das Minas, o palácio adjacente ao anterior, que foi propriedade dos Leitão de Andrade, e o Palácio de São Boaventura (Paiva de Andrada). É, ainda, co-proprietária de um terceiro palácio situado na Rua da Rosa que foi adaptado a prédio de rendimento.

O Palácio dos Marqueses das Minas

Este palácio, construído na segunda metade do século XVII para habitação de D. Francisco de Sousa, Marquês das Minas (ramo dos Sousas, senhores de Beringel e condes do Prado), situa-se na Rua da Rosa, uma das principais artérias do Bairro Alto, ocupando parte significativa de um quarteirão³.

2. Acerca da evolução da malha urbana do Bairro Alto, cf. Helder CARITA, *Bairro Alto. Tipologias e modos arquitectónicos*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1990.

3. Acerca deste palácio cf., Norberto de ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa*, Vol. II, Fasc. 6, Lisboa, 1939; João Vieira BORGES, *Conquista de Madrid – 1706. Portugal faz aclamar Rei de Espanha O Arquiduque Carlos de Habsburgo*, Lisboa, Tribuna da História, 2003; Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*.

Bairro Alto, Vol. V, Lisboa, CML, 3.ª ed., 1956; Helder CARITA, *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, CML, 1994; José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, 1985; “Palácio Marqueses de Minas”, in *Architècti*, n.º 46, Abril - Maio - Junho 1999; Júlio PARRA, *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX*, Lisboa, SCML, 1994; Gustavo Matos SEQUEIRA, *Memória Histórica do Bairro Alto*, Lisboa, 1948.



Fachada principal do Palácio dos Marquês das Minas,
final do século XVII

No início do século XIX, a Marquesa das Minas, D. Joana Barradas de Sousa e Lencastre, legou o imóvel à Instituição que funcionava no edifício ao lado, um Recolhimento de órfãos de militares, dirigido pela sua instituidora, Ana de Oliveira. O Palácio dos Marquês das Minas foi então ligado interiormente ao edifício do Recolhimento, originalmente propriedade dos Leitão de Andrade, como testemunha a lápide foreira na parede da fachada principal.

Já em 1928, o imóvel passou a estar na dependência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, continuando a funcionar como Asilo feminino sob a designação de Pensionato da Rua da Rosa, equipamento que viria a ser extinto em 1941. Três anos mais tarde, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa deliberou que se instalasse no edifício

4. Arquivo Histórico / Biblioteca da SCML, *Livro de Actas das Sessões de Mesa*, n.º 24, 33, 26-07-1928, 30-12-1943; Arquivo Histórico / Biblioteca da SCML, Del. 1.ª, Sessão 36, 26-10-1977; Arquivo Intermédio da CML, *Processo Administrativo e de Obras n.º 9003*; SCML – DGIP, *Processo Administrativo e de*



Fachada principal do Palácio dos Leitão de Andrade,
ligado interiormente ao Palácio dos Marquês das Minas, final do século XVII

o Centro Social N.º 1, aprovando o projecto de adaptação do palácio à sua nova função. Em 1977, a Direcção-Geral do Património do Ministério das Finanças cedeu o edifício a título definitivo à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Finalmente, entre 1993 e 1997 foi levada a cabo uma campanha de obras de recuperação e de adaptação do imóvel a lar da Terceira Idade⁴.

Estas mudanças de função e consequentes campanhas de obras operadas ao longo dos séculos XIX e XX, introduziram profundas alterações à configuração inicial do edifício, ainda que este conserve importantes elementos arquitectónicos e decorativos seis e setecentistas.

A fachada principal do Palácio dos Marquês das Minas é sóbria, ainda que cuidada: rebocada e pintada a amarelo, é

Obras – Prédio n.º 250; Decreto n.º 15 778, 23 de Julho de 1928; Despacho de 26 de Abril de 1941; DG, n.º 22, IIIS., 23 de Setembro de 1977, pag. 6707.

limitada por pilastras em cantaria, apresentando embaçamento e molduras dos vãos no mesmo material. No primeiro piso abrem-se duas portas e duas janelas de peitoril, num jogo alternado. No andar nobre, rasgam-se quatro janelas de sacada moldurada, encimadas por friso e cornija, com guardas em ferro individuais. O terceiro e último piso, apresenta quatro janelas de peitoril, pequenas.

O edifício dos Leitão de Andrade, com modinaturas mais simples e sem marcação de andar nobre, tem quatro pisos, dois deles com janelas de sacada, sobrepostas.

Desta forma, constatamos que a ligação interior dos dois imóveis não pôs em causa a individualidade exterior de cada um deles.

Ambos os imóveis apresentam planta simples, estruturada em função da entrada: um vestíbulo rectangular, disposto transversalmente à fachada principal, revestido com silhares de azulejos do início do século XVIII, representando albarraçadas intercaladas por meninos com cestos de flores à cabeça, a partir do qual se desenvolve uma escadaria barroca, de lanços rectos com patamares intermédios, de acesso aos vários pisos, também esta revestida com silhares de azulejos de composição figurativa que lhe conferem um forte impacto



Vestíbulo do Palácio dos Marqueses das Minas

cénico. As paredes da escadaria do Palácio dos Marqueses das Minas exibem silhares de azulejos atribuídos ao mestre P.M.P., representando uma balastrada em *trompe l'oeil* e figuras humanas caricaturadas, vestidas à época, acompanhadas de animais e seres híbridos. Os azulejos da escadaria do outro edifício, atribuídos à Oficina de Bartolomeu Antunes, representam cenas de caça⁵.

Da estrutura original do Palácio dos Marqueses das Minas conservam-se, ainda, duas salas do piso nobre, intercomunicantes, dispostas ao longo da fachada principal do edifício, com as paredes forradas com silhares de azulejos figurativos. Os painéis de azulejo da primeira sala representam cenas de batalhas, os da segunda, o salão nobre, cenas palacianas. Numa das paredes do salão nobre foram recentemente colocados dois medalhões ovais, em azulejo, atribuídos ao mestre P.M.P, que originalmente se encontravam no pátio do palácio, representando uma figura feminina e uma masculina, tradicionalmente identificados como sendo os Marqueses das Minas⁶.

No que respeita ao edifício adossado ao Palácio dos Marqueses das Minas, apesar de muito alterado subsistem importantes elementos originais. De destacar a capela do



Vestíbulo do Palácio dos Leitão de Andrade,
edifício ligado interiormente ao Palácio dos Marqueses das Minas

5. José MECO, *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa, 1985; Júlio PARRA, *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX*, Lisboa, SCML, 1994.

6. Idem, *Ibidem*.

palácio, exteriormente evidenciada pelo remate da empena na fachada posterior, que conserva os silhares de azulejos figurativos, com temas da vida da Virgem, do segundo quartel do século XVIII. De referir, ainda, duas salas, uma no segundo piso, a outra no terceiro, ambas com silhares de albarradas iguais aos que revestem as paredes do vestíbulo do palácio, um dos quais revelando alterações posteriores com reaproveitamento de materiais, bem como a cozinha, integralmente revestida com azulejos de figura avulsa, de diferente temática, intercalados por azulejos brancos⁷.

A ligação interior dos dois edifícios é estabelecida através de um corredor transversal que faculta igualmente o acesso a dois corpos que se situam no pátio delimitando-o lateralmente, de construção posterior.

À excepção dos espaços descritos, o interior dos edifícios foi descaracterizado pelas intervenções levadas a cabo no século XX, em particular a campanha de obras que ocorreu entre 1993 e 1997 de adaptação do espaço a Lar da Terceira Idade.

Não obstante, houve da parte dos intervenientes o cuidado de preservar a fisionomia original dos edifícios, o que se traduziu na manutenção de elementos estruturais e decorativos tendo, estes últimos, sido objecto de trabalhos de conservação e restauro.

Um edifício na Rua da Rosa

Na Rua da Rosa, um pouco à frente do Palácio dos Marqueses das Minas, situa-se um antigo palácio, erguido no final do século XVII, que foi propriedade da família Alves Monteiro e, posteriormente, da família Gonçalves Marques⁸. No final do século XVIII, ou já no século XIX, o edifício foi adaptado a prédio de rendimento, assistindo-se à sua divisão em três fracções diferentes, uma por piso.

Actualmente a cave e o piso térreo do imóvel pertencem à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que os adquiriu por



Fachada principal do edifício na Rua da Rosa, n.ºs 269-277, final do século XVII

compra em 1995, o piso nobre pertence a particulares e o último piso à Câmara Municipal de Lisboa⁹.

No espaço da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa funciona, desde 1998, o Centro de Apoio Familiar do Bairro Alto, tendo para o efeito sido levadas a cabo obras de remodelação e beneficiação de interiores¹⁰.

A fachada principal do imóvel mantém as suas características originais de finais do século XVII: sóbria, rebocada e pintada a amarelo, é limitada por pilastras em cantaria e apresenta embasamento e molduras dos vãos no mesmo material. No piso térreo rasgam-se cinco portas, a da direita de acesso ao imóvel, as restantes com caixilharia de vidro. No andar nobre abrem-se cinco janelas de sacada com guardas em ferro forjado, a central de maiores proporções e com

7. Idem, *Ibidem*.

8. Cf. Helder CARITA, *Bairro Alto. Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, CML, 1990, pag. 83.

9. Autorização da aquisição das fracções do imóvel pelos Despachos 94.11.29 do Ministro do Emprego e Segurança Social e 94.12.15 do Ministro da Saúde.

10. SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras, Prédio n.º 312.

frontão curvo, assinalando um eixo de simetria. No último piso, rasgam-se cinco janelas de peitoril.

O interior do imóvel, ainda que muito modificado, conserva importantes elementos estruturais e decorativos originais.

A planta do imóvel, em “U”, está estruturada em torno de um pequeno pátio voltado para a Rua de São Boaventura, da qual está separado por um muro.

A entrada no edifício é simples: encostada à empena lateral direita, é constituída por um vestíbulo de planta rectangular ao qual se segue uma escada de acesso aos diferentes pisos, iluminada por uma clarabóia, com patamares intermédios, um primeiro lance de escadas em cantaria e os restantes em madeira. As paredes da caixa da escada mantêm os azulejos de padrão originais, de finais do século XVII, pintados a azul sobre fundo branco, ainda que parte dos azulejos que se



Silhares de azulejos de padrão, final do século XVII, escada do edifício na Rua da Rosa, n.ºs 269-277

encontravam em mau estado de conservação tenham sido recentemente substituídos por outros, a imitar os antigos¹¹.

Um arco em cantaria separa o vestíbulo da escada.

No que respeita à fracção da Santa Casa, profundamente alterada, de destacar o conjunto de salas do piso térreo voltadas para a Rua da Rosa que conservam os arcos em cantaria originais.

No piso nobre do edifício, de particulares, as alterações não foram tão profundas, subsistindo um conjunto de silhares de azulejo figurativo do século XVIII com cenas galantes, que revestem as paredes das salas voltadas para pátio, bem como azulejos de figura avulsa, numa antiga cozinha, e os vãos em cantaria das portas e janelas.

O Palácio de São Boaventura

Este palácio, situado de gaveto, na esquina entre a Rua de São Boaventura e a Travessa do Conde de Soure, foi erguido na segunda metade do século XVIII, na sequência do Terramoto de 1755, por iniciativa de Manuel Gomes de Carvalho e Silva, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, Tenente-Geral de Artilharia do Reino e Intendente-Geral do Arsenal Real do Exército.

Em 1794, José Xavier da Cunha d'Eça Telles e Meneses de Carvalho e Silva, Conselheiro do Ultramar, fidalgo, Comendador da Ordem de Cristo e de São Tiago, toma posse do palácio por morte do pai. Falecido em 1824 sem deixar descendentes directos, José Xavier de Carvalho e Silva lega o Palácio em Testamento a Fernando de Mesquita Pimentel de Paiva Barreto, seu primo.

Já em 1862, João de Mesquita, filho de Fernando de Mesquita Pimentel de Paiva Barreto, vende o imóvel a Jerónimo de Magalhães, Visconde de Torrão, cuja filha, Ana de Magalhães, o venderia, por sua vez, a Jacinto Augusto Paiva de Andrada, já no último quartel do século XIX¹².

Uma vez na posse de Jacinto Augusto Paiva de Andrada e sua esposa, Carolina Augusta Picaluga Paiva de Andrada, o palácio foi objecto de uma grande campanha de obras de remodelação ao nível do interior e das fachadas¹³. Em 1885 entram na Câmara Municipal de Lisboa vários pedidos de licenciamento de obras no Palácio, entre as quais a regularização das fachadas, propondo-se a substituição de janelas

11. Este conjunto de azulejos foi objecto de uma intervenção de restauro em 2004, levada a cabo pela *Oficina do Castelo*.

12. Acerca deste edifício cf., Norberto de ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa*, Livro VI, Lisboa, 1939; *Cadernos de Conservação*, n.º 2, Museu de São Roque/SCML, Lisboa, 1988; Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e

de Obras n.º 7890; SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras – Prédio n.º 108.

13. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

e portas e o nivelamento de vãos, de forma a garantir a simetria e harmonia do conjunto. Ao nível do interior pediu-se autorização para construir uma escadaria nova. Todos estes pedidos de licenciamento foram aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa.

Já em 1908, dois anos após a morte de Jacinto Augusto Paiva de Andrada, entram na Câmara Municipal de Lisboa novos pedidos de licenciamento de obras por iniciativa da viúva Paiva de Andrada, propondo alterações ao nível das fachadas e do interior do imóvel, nomeadamente a construção de uma capela no piso térreo, pedidos estes mais uma vez aprovados¹⁴.

Em 1912, Carolina Augusta Picaluga Paiva de Andrada lega o imóvel à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com a condição da Instituição instalar no local um recolhimento de meninas com o nome de “Instituto Luísa Paiva de Andrada”, em homenagem à sua filha que falecera em 1892 vítima de tuberculose. Uma cláusula do Testamento de Carolina Paiva de Andrada estipulava que o quarto de Luísa Paiva de Andrada fosse mantido tal como se encontrava e resguardado de visitantes, ficando a Santa Casa obrigada a colocar diariamente um jarro de flores junto à cama da menina¹⁵.

Já na posse da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o imóvel foi objecto de várias campanhas de obras de conservação e remodelação. Em 1924 foi apresentado à Câmara Municipal de Lisboa um Projecto de ampliação do edifício que propunha o acrescento de dois andares, um dos quais de mansarda¹⁶. Propunha, ainda, a alteração de alguns vãos das fachadas e a construção de uma escada no pátio e uma outra, interior, de acesso aos dois novos pisos projectados. Este projecto não foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa a qual, três anos mais tarde solicita-

va à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que procedesse a obras no imóvel, que se encontraria em mau estado de conservação.

A situação ter-se-á agravado pelo que a Câmara Municipal de Lisboa volta a pedir à Santa Casa que proceda a obras no imóvel, isto em 1941, ao que esta última respondeu estarem as mesmas em curso¹⁷. Ter-se-á tratado de uma campanha de obras de pequena dimensão uma vez que pouco mais tarde, em 1954, a Câmara Municipal de Lisboa solicita de novo à Santa Casa que proceda a obras no imóvel¹⁸. O processo arrasta-se até que, em 1957, a Santa Casa decide confiar à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o estudo e orçamento das obras de beneficiação e limpeza das fachadas do palácio, ainda que no ano seguinte peça dispensa das obras a realizar dado que a Câmara Municipal informara, ainda em 1955, que o edifício era abrangido pelo Plano de Urbanização do Bairro Alto¹⁹.

Em 1984, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa decidiu adaptar o palácio a Centro de Dia, o que obrigou à introdução de grandes alterações no imóvel, tendo em vista garantir o bom funcionamento do equipamento e a segurança dos seus utentes. Contudo, o projecto assinado pelo Arquitecto Jorge Viana salvaguardava as áreas nobres e as fachadas do palácio, que mantinham a sua configuração original²⁰.

O Palácio de São Boaventura apresenta planta em “U”, estruturada em torno de um pequeno pátio murado que se desenvolve nas traseiras do imóvel. A fachada principal do edifício abre para a Rua de São Boaventura, a posterior para a Rua de Vinha e a fachada lateral direita para a Travessa do Conde de Soure.

Quanto ao interior, o imóvel apresenta três pisos, o último dos quais situado ao nível do telhado, de menor área, sem a

14. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

15. Arquivo Histórico / Biblioteca da SCML, *Livro de Actas das Sessões de Mesa*, n.º 21, 13-11-1912; Arquivo Histórico / Biblioteca da SCML, *Testamento de Carolina Picaluga Paiva de Andrada*; SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras – Prédio n.º 108.

16. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

17. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

18. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

19. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

20. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890; SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras - Prédio n.º 108.



Fachada principal do Palácio de São Boaventura (Paiva de Andrada),
segunda metade do século XVIII



Pátio do Palácio de São Boaventura
(Paiva de Andrada)

ala lateral Sul. Entre o piso térreo e o piso nobre desenvolve-se um piso intermédio, pouco extenso.

As fachadas do palácio são simples: de três pisos, rebocadas e pintadas a amarelo, com cunhais apilastrados, em cantaria, nos ângulos (o que une as fachadas da Rua de São Boaventura e da Travessa do Conde de Soure coroado por uma urna), embasamento e molduras dos vãos no mesmo material. O piso térreo apresenta janelas de peitoril e portas de modinatura recta. No piso nobre, separado do anterior por um friso de cantaria, abrem-se janelas de sacada com guardas em ferro forjado, oito na fachada principal, quatro na fachada lateral. Na fachada posterior, de menor extensão que a fachada principal, abre-se um amplo portal abatido. O piso superior do edifício é de mansarda, formado por águas-furtadas e um corpo rectangular.

O pátio do palácio é pequeno, de planta rectangular, murado, com pavimento em “calçada à portuguesa” e canteiros. A paredes do pátio exibem silhares de azulejos figurativos, do período pombalino, e duas fontes decoradas com conchas embutidas e cerâmica da Companhia das Índias (duas taças e um prato), já do final do século XIX.

A configuração das fachadas do palácio resulta em parte das campanhas de obras de 1885 e de 1908. Na primeira das duas intervenções procedeu-se ao nivelamento dos vãos das fachadas: no piso nobre da fachada principal substituiu-se uma janela de peitoril por uma outra de sacada, na fachada lateral direita substituíram-se duas janelas pequenas e irregulares por outras duas idênticas às da fachada principal, na fachada posterior centrou-se a porta da cocheira e rasgaram-se duas portas no muro do pátio, no qual se construiu uma cimalha. Já em 1908, suprimiu-se a sobreloja existente em parte do prédio, bem como os vãos deste piso intermédio que se abriam na fachada principal, o que permitiu altear e nivelar os vãos desta fachada²¹.

A entrada no edifício é feita através de um vestíbulo, de planta rectangular, disposto transversalmente à fachada principal, cujo tecto apresenta elementos decorativos em estuque (um florão central), a partir do qual partem corredores laterais de acesso às dependências do imóvel e a escada de acesso ao andar nobre.

Esta escada, dividida em dois lances separados por um pátio intermédio, é em madeira, com guarda em ferro forja-

21. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.



Escada de acesso ao piso nobre do Palácio de São Boaventura
(Paiva de Andrada), 1885

do e corrimão em madeira com embutidos de madre-pérola. Entre o vestíbulo e a escada, separando-os, ergue-se uma porta envidraçada, em madeira escura, inserida num arco de volta perfeita. Os vidros da porta apresentam pinturas: um jarrão, uma composição simétrica de folhagens e volutas, e um brasão na bandeira da porta. No topo da escada rasga-se um arco de volta perfeita assente sobre pilastras, forrado a madeira escura, cujo intradorso exhibe elementos vegetalistas e dois anjos a tocar violino, pintados em tons de castanho e dourado. Este arco abre para o corredor do piso nobre. A escada descrita, bem como os elementos que a antecedem e precedem foram executados na campanha de obras de 1885²². Trata-se de uma escada simples mas de forte impacto cénico, decorada de acordo com um figurino decorativo neoclássico.

22. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 7890.

Contrastando com a simplicidade das fachadas pombalinas do edifício, encontramos no seu interior um conjunto de salas cujos tectos apresentam programas decorativos executados já no século XIX e XX, de acordo com um gosto revivalista e eclético.

O Salão nobre do palácio apresenta planta longitudinal, tripartida, exibindo cada uma das três zonas em que o mesmo se divide uma decoração de tecto diferenciada. Na zona de entrada do salão podemos observar um tecto oitocentista, pintado a amarelo, decorado com elementos vegetalistas em estuque branco (palmetas, flores e folhagem) e limitado por uma cercadura de folhas pintadas a dourado e castanho sobre fundo ocre²³. Na zona central do salão, o tecto é em madeira pintada a verde, com estrelas em relevo nos ângulos e ao centro, forradas com espelhos pintados com flores e limitadas por uma dupla cercadura, dourada e branca, com pequenas bolas vermelhas. Entre as estrelas dos cantos, surgem painéis rectangulares nos mesmos materiais, acompanhados por um friso de flores, pintado. Este tecto terá sido executado já no início do século XX. A terceira zona do salão nobre apresenta um tecto com pequenas estrelas e a Lua pintadas a prateado sobre fundo azul.

Ainda no piso nobre destacam-se duas outras salas, uma das quais com o tecto decorado com elementos vegetalistas pintados em tons de rosa, cinza, castanho e amarelo e limitado por uma dupla cercadura com motivos decorativos do mesmo tipo. A outra sala exhibe uma estrutura em madeira relevada no tecto, a formar um padrão de estrelas. Cada uma destas estrelas é formada por um hexágono central, com um roseta dourada ao centro, sobre um fundo azul decorado com elementos vegetalistas desenhados a preto. Seis triângulos (as pontas da estrela), pintados a vermelho e decorados com elementos vegetalistas desenhados a dourado, rodeiam o hexágono descrito. A decoração destas duas salas terá sido executada no final do século XIX.

No terceiro e último piso do palácio, de referir uma pequena sala com o tecto pintado num estilo revivalista, neoárabe,

23. Alguns destes elementos em estuque foram recentemente pintados a dourado e a castanho.

muito difundido no final do século XIX: ao centro surge a representação de quatro tigres a caçar um animal, inserida num medalhão rodeado por elementos vegetalistas e geométricos pintados em tons de vermelho, azul, amarelo, castanho, verde e rosa.

Ao lado desta sala, situa-se o quarto de Luísa Paiva de Andrada cujo tecto exibe uma quadrícula cor-de-rosa pintada sobre



Tecto em madeira pintado, século XIX,
Palácio de São Boaventura
(Paiva de Andrada)

fundo azul, com flores douradas nos pontos de intersecção das linhas que formam a quadrícula, e ramos de flores no interior dos quadrados. Esta quadrícula envolve um medalhão central, enquadrado por uma moldura em madeira dourada, com uma tela representando “Santa Filomena” numa paisagem marítima. Ao contrário das restantes dependências do palácio este quarto apresenta vestígios de pintura mural. Um recente levantamento desta pintura, levado a cabo por uma equipa de Restauro, permitiu descobrir a existência de quatro camadas de pintura, sobre as quais foi colocado papel de parede. A primeira camada, de finais do século XIX, apresenta fundo liso, cor-de-rosa, com uma barra de flores entrelaçadas, logo acima da marcação do roda-cadeiras e uma outra barra, composta pela repetição de motivo vegetalista estilizado, ao nível do remate da parede. A segunda camada de pintura, do início do século XX, apresenta fundo liso, azul-claro, com duas barras, uma na zona inferior da



Tecto em madeira pintado com tela ao centro
representando Santa Filomena, século XIX,
Palácio de São Boaventura (Paiva de Andrada)

parede, a outra na zona superior, com motivos decorativos a azul, vermelho e ocre. Posteriormente, as áreas centrais da parede foram picadas, rebocadas e pintadas, a verde e a branco. O programa decorativo do quarto de Luísa Paiva de Andrada, executado no final do século XIX, remete para um estilo classicista, académico, muito difundido na época. Estamos, deste modo, perante um edifício pombalino que sofreu alterações posteriores, tanto ao nível das fachadas como da decoração interior, alterações estas que lhe conferiram um carácter eclético.

A Quinta Alegre – uma quinta de veraneio

A Quinta Alegre situa-se na Charneca do Lumiar, uma zona rural nos arredores de Lisboa que acabou por ser abarcada pela cidade no século XIX. Trata-se de uma das muitas quintas erguidas pela aristocracia lisboeta nos arredores



Festa no jardim da Quinta Alegre, 1908, in *Ilustração Portuguesa*, S.2, vol. 5, n.º 119, 1908, pp. 693-695

da cidade como residência de férias. Fora do perímetro urbano da cidade mas não muito distantes desta, estas quintas proporcionavam aos seus proprietários agradáveis momentos de descanso e lazer, em particular no período estival²⁴.

O terreno da quinta, murado e com uma área total de 5.500 m², confina com o Campo das Amoreiras, a Oeste, e com o Aeroporto da Portela, a Este. Originalmente a Quinta era constituída por um palácio, cavalariças e outras dependên-

cias de apoio, um jardim e terras de cultivo. Actualmente subsiste o palácio que se ergue ao longo da Estrada do Campo das Amoreiras e que foi classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) em 1962, ainda que a zona envolvente do edifício se encontre protegida perante a Lei, uma vez que em 1997 foi definida a Zona Especial de Protecção (ZEP) do imóvel²⁵.

O palácio da quinta e respectivo jardim foram construídos na primeira metade do século XVIII por iniciativa de Manuel Teles da Silva, 2.º Conde de Vilar Maior e 1.º Marquês de Alegrete²⁶. Em 1819, José Bento de Araújo, na altura proprietário da Quinta Alegre, promove obras de renovação estética a nível do exterior e interior do palácio. Já no século XX, em 1983, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa adquire por compra a Quinta Alegre à sua proprietária, a Condessa de Vilar Maior, Ana Maria Teles da Silva Menezes, instalando no local o Centro de Promoção Social da Charneca, serviço da SCML recentemente transferido para outro local²⁷.

A entrada principal da Quinta situa-se na Estrada do Campo das Amoreiras, junto ao palácio: um portão em ferro forjado, com as iniciais "JBA" (José Bento de Araújo) e a data "1819" inseridas numa oval, limitado por pilastras em cantaria encimadas por pináculos. Deste portão acede-se a um pátio murado, cujos alçados são constituídos pela fachada principal do palacete, à esquerda, a fachada das cavalariças (actualmente em ruínas), à direita, e um muro que abre para o jardim, em frente. As paredes do pátio, originalmente, encontravam-se forradas com silhares de azulejos de padrão fitomórfico (folhas de acanto, palmetas, enrolamentos e concheados), com cercaduras de linhas curvas e flores, ladeados por vasos sobre plintos e integrando ao centro figuras de convite masculinas que davam as boas-vindas aos visitantes do palácio²⁸. Estes painéis de azulejo, de produção joanina

24. Cf. "Uma Garden Party na Quinta Alegre", in *Ilustração Portuguesa*, S.2, vol. 5, n.º 119, 1908, pp. 693-695.

25. IIP, Dec. n.º 44 452, DG 152 de 5 de Julho 1962 e Dec. n.º 129/77, DR 226 de 29 Setembro de 1977; Despacho do Ministro da Cultura de 10 Julho 1998; ZEP Edital 25/97 de 17 de Janeiro de 1997.

26. Acerca deste imóvel cf. Carlos CONSIGLIERI, et. al., *Pelas Freguesias de Lisboa. O Termo de Lisboa*, Lisboa, 1993; Júlio PARRA, *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX*, Lisboa, 1994; *Monumentos e Edifícios Notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, t. 4, 2.ª parte, 2000.

27. SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras, Prédio n.º 245 e 86 B.

28. Júlio PARRA, *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX*, Lisboa, 1994.



Figura de convite do pátio da Quinta Alegre,
segundo quartel do século XVIII, Museu de São Roque

(c. 1740), foram levantados em 1996, conservando-se actualmente no Museu de São Roque²⁹.

O jardim, situado nas traseiras do palácio e hoje completamente descaracterizado, apresentava alegretes, conversadeiras forradas com azulejos, um lago artificial e uma estufa, constituindo um local por excelência para passeio, lazer e repouso.

O palacete, relativamente pequeno, apresenta fachadas de dois pisos, rebocadas e pintadas, limitadas por pilastras em cantaria, percorridas por um embasamento saliente, também em cantaria, e rematadas por um friso liso e uma cornija sobrepujada por beiral. Nos dois pisos do edifício, separados por um friso de cantaria, abrem-se vãos rectilíneos com molduras de cantaria, de peitoril no piso térreo, de sacada com guarda-corpos em ferro forjado no piso nobre.

As fachadas laterais do palácio, a esquerda voltada para o Campo das Amoreiras, formando frente de rua, e a outra para o jardim, são mais extensas que as fachadas principal e posterior.

De notar que encontramos na fachada principal e na fachada voltada para o jardim elementos diferenciadores que as enriquecem: as molduras dos vãos da fachada principal apresentam uma leve saliência, ao contrário das restantes, e os guarda-corpos das janelas desta fachada e da fachada voltada para o jardim são coroados por pinhas. Constatase, assim, que foi conferido um destaque especial não só à fachada principal do edifício, voltada para o pátio, mas também à fachada voltada para o jardim, que já vimos tratar-se de um espaço de reunião e convívio. Este facto é comum a muitos palacetes de quintas, chegando a fachada voltada para o pátio ou para o jardim, a constituir a entrada nobre da casa, o que não acontece neste caso.

O interior do palácio, ricamente decorado com pinturas murais e de tectos, contrasta com a simplicidade do exterior. A nível planimétrico, o espaço está estruturado em torno de um eixo central constituído por um vestíbulo, uma escadaria e um corredor longitudinal, perpendicular à fachada principal, de acesso às dependências do imóvel e ao jardim. No piso nobre do palácio a planta repete-se com pequenas alterações. As paredes do vestíbulo e da escadaria apresentam silhares de azulejos policromos, pintados com a técnica de esponjado a imitar mármore: um painel amarelo, limitado por um friso branco e uma mol-

29. Em 2003 estes painéis foram objecto de uma intervenção de conservação e restauro levada a cabo pela Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.



Escadaria nobre do Palácio da Quinta Alegre,
azulejos da segunda metade do século XVIII

dura manganés, com um rosetão central também manganés, em esponjado, e um rodapé verde. Nos corredores e algumas dependências do imóvel, encontramos rodapés em azulejo esponjado, bem como silhares de azulejo de padrão e de figura avulsa³⁰.

Todas as salas e corredores do imóvel apresentam pinturas murais e de tecto, a fresco, de desenho cuidado, paleta suave e diversificada e composição equilibrada, algumas mais simples, apenas com elementos geométricos e vegetalistas, outras mais complexas, com figuras mitológicas, alegorias, *putti* e paisagens com aves.

As pinturas de maior qualidade encontram-se no piso nobre do edifício, destacando-se a sala de jantar, voltada para o jardim, com pintura mural de desenho cuidado, em *trompe l'oeil*, formando uma falsa arquitectura de colunas sobre balaustrada, por trás da qual se desenvolve uma paisagem luxuriante com espécies vegetais e aves exóticas. O tecto desta sala apresenta um medalhão central limitado por uma grinalda de flores e um friso de ramos de videira com cachos de uvas, à volta do qual se distribui uma composição simétrica de frisos e cartelas em cujo interior surgem figuras da mitologia clássica, elementos geométricos e vegetalistas e cestos com alimentos.



Sala no piso nobre do Palácio da Quinta Alegre,
pintura mural e de tecto do início do século XIX

Ainda no piso nobre, de referir duas outras dependências voltadas para o pátio, uma das quais com pintura mural em *trompe l'oeil*: drapeados de tecido com símbolos do Amor ao centro, tema que se repete no medalhão central do tecto. A outra dependência apresenta um tecto pintado com elementos alusivos às Artes: grupos de *putti* a brincar, vasos com flores, grinaldas, aves e instrumentos musicais. Por comparação com pinturas de outros palácios da mesma época colocamos a hipótese de as pinturas decorativas do Palacete da Quinta Alegre terem sido executadas por Joaquim Marques (1755-1822), pintor lisboeta que foi discípulo de Pillement. O facto de Joaquim Marques ter trabalhado em muitos palacetes da zona do Lumiar,

30. Júlio PARRA, *Azulejos. Painéis do século XVI ao século XX*, Lisboa, 1994.

zona próxima do Palácio da Quinta Alegre, vem reforçar esta hipótese. O paralelismo é particularmente evidente na sala-de-jantar, em cujas paredes surge representada uma paisagem com aves, enquadrada por elementos arquitectónicos³¹.

Trata-se de um programa decorativo de gosto neoclássico, executado no início do século XIX, aquando das obras de beneficiação e renovação estética levadas a cabo no palacete por iniciativa de José Bento de Araújo, cujo monograma está representado no portão principal da Quinta.

Uma análise do programa decorativo da Quinta Alegre permite constatar a presença de elementos resultantes de três campanhas de obras distintas. Uma primeira campanha levada a cabo no segundo quartel do século XVIII – período joanino –, na qual foram executados e colocados os azulejos barrocos do pátio e do jardim. Uma segunda campanha do período pombalino (segunda metade do século XVIII), da qual se conservam silhares e rodapés de azulejo, de padrão e esponjados, que revestem as paredes interiores do palácio. Finalmente, uma terceira campanha de obras do início do século XIX, de grandes dimensões, na qual se procedeu à pintura de tectos e de superfícies murárias segundo os padrões neoclássicos, bem como à substituição de elementos do exterior do palácio como o portão principal da Quinta, em ferro forjado.

De notar, ainda, que as zonas privadas ou semi-privadas do palácio – pátio, jardim e dependências interiores –, que não se encontram expostas aos olhos de estranhos, são as que apresentam maior riqueza decorativa. A Quinta Alegre vista do exterior, com o grande muro que a cerca e a fachada sóbria do palacete que acompanha a Estrada do Campo das Amoreiras, apresenta um aspecto austero que contrasta com a riqueza decorativa dos espaços que se desenvolvem

no seu interior. Este carácter intimista é uma característica da arquitectura erudita portuguesa da época moderna.

Palácio Monte-Real: um palácio pombalino

O Palácio Monte-Real, embora pertença à Câmara Municipal de Lisboa, figura entre os edifícios analisados uma vez que a sua salvaguarda e conservação é da competência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição à qual o imóvel foi cedido mediante Protocolo por um prazo de cinquenta anos, em 1990.

Este palácio situa-se no extremo de uma fiada de edifícios que acompanham a Rua de São Mamede ao Caldas no sentido Este/Oeste, formando gaveto. A fachada lateral direita, a mais extensa do edifício, abre para a calçada do Correio Velho. Nas traseiras do imóvel desenvolve-se um jardim murado, edificado sobre um terraço elevado, que confina com a Rua das Pedras Negras.



Fachada principal do Palácio Monte-Real
na Rua de São Mamede ao Caldas, segunda metade do século XVIII

31. Agostinho ARAÚJO, *Experiência da natureza e sensibilidade pré-romântica em Portugal: temas da pintura e seu consumo (1780-1825)*, tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991; Agostinho ARAÚJO, et al., *Jean Pillement. O paisagismo em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo, 1996; Rosa Maria Trindade FERREIRA, *O Lumiar, a História e a Arte. Subsídios para o estudo do Património Artístico dos séculos XVI a XIX*, (dissertação de dou-

toramento), 6 vols, Lisboa, ESBAL, 2003; Álvaro Samuel MOTA, *Gravuras de Chinoiserie de Jean-Baptiste Pillement*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997; Paula Maria SANTOS, *Descrição nova e concisa da pintura de Jean Pillement no Museu Soares dos Reis*, Separata da revista Museu, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2001.

Construído no final do século XVIII, após o terramoto de 1755, em 1920, o palácio era propriedade de Alfredo Mendes da Silva. Pouco mais tarde, o imóvel passa a constituir propriedade da família Monte-Real, sua proprietária até 1969, ainda que a partir de 1955 tenha funcionado no edifício o Serviço de Fiscalização da Intendência-Geral dos Abastecimentos (Ministério da Economia)³². Já em 1969, a Câmara Municipal de Lisboa comprou o palácio tendo em vista adaptá-lo a depósito dos Museus Municipais. Com o 25 de Abril e as movimentações populares que acompanharam o período pós-revolucionário, a comissão de moradores da Freguesia da Sé reclamou a posse do edifício para nele se instalarem vários serviços e o grupo de teatro amador “O Gota”. Em 1982, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu gratuitamente o edifício à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa mediante protocolo, por um prazo de trinta anos, alargado a cinquenta anos em 1990³³. Entre 1982 e 1990, funcionaram em simultâneo no Palácio Monte-Real o Grupo de Teatro “O Gota” e o Centro de Dia da Sé, serviço da Santa Casa. Em 1990, procedeu-se a uma reorganização do espaço. O grupo de Teatro “O Gota” passou a ocupar apenas parte da cave do edifício, ficando o restante espaço disponível para o Centro Social da Sé, nova designação do equipamento da Santa Casa³⁴.

Trata-se de um edifício sóbrio, com fachadas de quatro e cinco pisos, o último de mansarda e o inferior parcialmente ao nível do solo, rebocadas e pintadas a amarelo, limitadas por cunhais apilastrados em cantaria, encimados por vasos. Também em cantaria é o embasamento que envolve o edifício, bem como o friso que separa o piso térreo do piso nobre e as molduras dos vãos. As janelas são simples, de peitoril, excepto no piso nobre que apresenta janelas de sacada com guardas em ferro forjado. A rematar as fachadas, ergue-se uma platibanda em ferro forjado intercalada por colonelos em cantaria.

A fachada posterior apresenta duas *loggia* em cantaria voltadas para o jardim, de planta quadrada, com arcos de vol-

ta perfeita assentes sobre pilastras, rematadas por friso liso e cornija e cobertas por um terraço com gradeamento em ferro forjado, uma das quais envidraçada. O jardim do palácio apresenta vegetação densa inserida em canteiros, pavimento em “calçada à portuguesa”, uma fonte e pequenas construções. A profusão decorativa do interior do imóvel contrasta com o carácter austero do seu exterior, marcado pela simplicidade e simetria das linhas arquitectónicas características da arquitectura do período pombalino.

A planta do edifício, em “L”, desenvolve-se em função de um eixo longitudinal, perpendicular à fachada principal, constituído por um vestíbulo, uma escadaria e um corredor a partir do qual se distribuem as dependências do palácio. O vestíbulo, de planta rectangular, apresenta pavimento em mármore preto e branco, enxaquetado, e motivos decorativos em estuque no tecto: flores, palmetas e folhagens. Na parede que separa o vestíbulo da escadaria abrem-se três arcos de volta perfeita, em cantaria, assentes sobre pilastras, com fechos decorados com palmetas e enrolamentos.

O acesso aos pisos superiores do imóvel é feito através de uma escada em caracol, iluminada por uma clarabóia, com gradeamento em ferro forjado, cujo guarda-corpos, em madeira entalhada, exhibe um padrão de quadrados com um quadrifólio no interior. Na parede que acompanha a escada abrem-se duas janelas sobrepostas, de três folhas separadas



Janela neogótica da escada do Palácio Monte-Real, século XIX

32. Arquivo Intermédio da CML, Processo Administrativo e de Obras n.º 39513.

33. Deliberação 7.ª, Sessão da Mesa 11 de 04-03-1982; SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras – Prédio n.º 31 B4.

34. SCML – DGIP, Processo Administrativo e de Obras – Prédio n.º 31 B4.

por colonelos com capitéis com folhagens que enquadram vidros com desenhos vegetalistas pintados a branco.

No piso térreo dispõe-se uma sala de planta em “L”, voltada para o vestíbulo, com duas zonas diferenciadas, separadas por um arco de volta abatida, em mármore³⁵. As paredes desta sala encontram-se revestidas com painéis de madeira e espelhos, os primeiros pintados a branco e decorados com ornatos em relevo pintados a dourado (liras, bustos e cisnes enquadados por coroas de louros), ornatos estes que se repetem no tecto formando um friso decorativo. Este tipo de decoração repete-se numa pequena sala do piso nobre, voltada para o jardim, de uma forma simplificada.

Ainda no piso térreo, mas na zona posterior do edifício, dispõem-se três salas, intercomunicantes, cujas paredes e tectos apresentam pintura decorativa. Numa destas salas podemos observar um friso decorativo com elementos vegetalistas e seres antropomórficos a segurar cornucópias, pintado sobre o guarda-cadeiras e a envolver as molduras dos vãos. Uma outra exhibe uma composição simétrica, pintada em tons suaves de rosa, salmão, castanho e azul, com frisos de folhagens, frutos, aves, vasos e elementos geométricos, e figuras mitológicas, anjos e querubins, inseridos em medalhões ovais. As paredes da terceira sala apresentam pintura mural de composição simples, com painéis rectangulares pintados a verde e envolvidos por frisos de elementos vegetalistas, acima do guarda-cadeiras, e a castanho, com um florão central inserido num medalhão, limitado por uma moldura de folhagens e pinhas, abaixo do guarda-cadeiras. A encimar as portas foi representado um par de grifos que ostentam um vaso. O tecto desta sala, também com pintura decorativa, apresenta um medalhão central limitado por uma cercadura de pares de anjos a segurar liras, intercalados por vasos.

O segundo piso do palácio, o piso nobre, apresenta um conjunto de salas profusamente decoradas. Ao longo da fachada principal, dispõem-se duas salas intercomunicantes, com painéis de madeira pintados a branco a forrar as paredes até à altura do guarda-cadeiras, portas com almofadas decora-

das com talha dourada, encimadas por molduras, também douradas, que enquadram uma tela, e tecto decorado com ornatos em estuque pintados a dourado (palmetas, folhagens e flores). A primeira sala, de planta em “L”, encontra-se dividida em duas zonas separadas por um arco de volta abatida, assente sobre pilastras com capitéis coríntios, em madeira dourada; sobre as portas e sobre o centro do arco descrito, surgem telas representando, respectivamente, anjos e vasos com flores, da autoria de S. Ordoñez, inseridas em molduras douradas, decoradas com elementos vegetalistas e bustos; a parte superior das portas foi forrada com espelhos. A segunda sala, com uma área maior do que a anterior, apresenta sobre as portas molduras douradas, envolvidas por fitas e palmas, uma delas com uma tela representando duas figuras populares numa paisagem campestre, a masculina a tocar um instrumento de cordas, a feminina a dançar; os ângulos do tecto apresentam um relevo em estuque com um busto feminino acompanhado de um anjo que segura um fio-de-prumo, e junto ao qual de dispõem uma régua, um compasso e um esquadro.

Ainda no piso nobre, de referir duas salas intercomunicantes, voltadas para a fachada lateral do palácio (Calçada do Correio-Velho) e para o jardim, a primeira das quais com silhares de azulejos de albarradas intercaladas por anjos que seguram um cesto com uvas. O tecto desta sala apresenta motivos decorativos em estuque: ao centro, um relevo inserido num medalhão, representando uma figura feminina com uma cornucópia cheia de flores e frutos, com a abertura para baixo, acompanhada de dois *putti*; nos ângulos do tecto, quatro medalhões com dois *putti*, um a segurar uma cornucópia, o outro a comer uvas; a envolver o tecto, um friso de elementos vegetalistas e flores.

Desta última sala acede-se ao salão nobre, passando por uma sala intermédia, de pequenas dimensões, com uma tela no tecto, do século XX, representando uma figura feminina segurando uma máscara com a mão esquerda que poderá ser Talia, a Musa que presidia à comédia e à poesia festiva³⁶.

35. Esta sala, originalmente um espaço uno, deu origem a duas salas, tendo-se, para o efeito, entaipado o arco central.

36. Constantino MARTÍNEZ, Emilio FRENÁNDEZ-GALIANO, Raquel MELERO, *Dicionário de Mitologia Clássica*, Editorial Presença, Lisboa, 1997, pag. 316.

O salão nobre, amplo, encontra-se dividido em duas zonas separadas por colunas de fuste estreado, e apresenta motivos decorativos de inspiração greco-latina, ao estilo de Pompeia, pintados nas paredes e no tecto: frisos com elementos geométricos, liras, bustos, grifos, elementos vegetalistas e, ao centro das paredes, dançarinas. A lareira da sala tem uma placa decorativa, em mármore, sustentada por dois grifos, com um relevo representando uma dançarina.



Salão nobre do Palácio Monte-Real, pintura mural de tecto de "estilo pompeiano"

As dependências do terceiro piso, originalmente uma zona de quartos, apresentam um programa decorativo mais simples. Em duas destas salas a decoração circunscreve-se aos tectos que apresentam trabalhos em estuque: um medalhão central com anjos e flores na primeira sala e com um arranjo de flores na segunda, e um friso envolvente, simples, com flores nos ângulos. Uma terceira sala deste piso apresenta pintura mural, em tons suaves de amarelo, castanho e salmão, com motivos vegetalistas e geométricos dispostos simetricamente e um friso que percorre a sala superiormente, com paisagens e edifícios de linhas clássicas inseridos em medalhões. Da descrição das salas do palácio constatamos que no piso térreo do edifício encontramos um conjunto de salas cuida-

dosamente decoradas ainda que sem a exuberância decorativa das salas do piso nobre no qual se dispõem os espaços de recepção de convidados, de convívio e sociabilidade. No piso superior, uma zona privada, de quartos, a decoração é mais intimista e discreta.

Constatamos, ainda, que a decoração das salas do palácio reflecte as influências que se fizeram sentir em Portugal da estética neoclássica, desenvolvida na Europa no final de setecentos, início de oitocentos, bem como de um gosto palaciano de raiz francesa do período do Império Napoleónico. No salão nobre do edifício, encontramos uma decoração que remete para os frescos romanos postos a descoberto nas escavações arqueológicas levadas a cabo em Pompeia a partir de 1748: elementos arquitectónicos clássicos, figuras mitológicas, dançarinas com vestes clássicas e ornatos de inspiração greco-latina.

O conjunto de salas revestidas com painéis de madeira e espelhos, os primeiros pintados a branco e decorados com elementos vegetalistas, coroas de louros, bustos e liras, em talha dourada, remetem para o Estilo Império.

Finalmente, a escadaria oitocentista inscreve-se dentro do espírito revivalista da época, de recuperação de elementos arquitectónicos e decorativos de estilos do passado, neste caso do gótico. Ainda de gosto revivalista são os silhares de azulejos neo-barrocos com albarradas e *putti* de uma das salas do piso nobre.

De notar que a cornucópia, cheia de flores e frutos e com a abertura voltada para baixo, surge com alguma frequência na decoração dos tectos do palácio Monte-Real. Trata-se de uma interpretação moderna do símbolo greco-latino da fecundidade e da felicidade, que invoca os ideais de liberdade, felicidade pública, fortuna, diligência e prudência, ideais estes que estão na origem da abundância, da esperança, da caridade, da equidade e da hospitalidade³⁷.

Interessante, também, é a representação do fio-de-prumo, do compasso, da régua e do esquadro no tecto de uma das salas do piso nobre do palácio, elementos que nos levam a

37. Jean CHEVALIER, Alain GHEERBRANT, *Dicionário de símbolos*, José Olympio Editora, 8.ª ed., Rio de Janeiro, 1994, pp. 288-289.



Putti com fio de prumo, estuque, pormenor da decoração do tecto de uma sala do Palácio Monte-Real, século XIX

colocar a hipótese de estarmos perante uma simbologia de cariz maçónico, o que não é de estranhar tratando-se de um palácio pombalino.

Considerações finais

A análise atrás efectuada permite-nos constatar que o Património Arquitectónico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no que respeita a arquitectura erudita, constitui uma amostragem de residências senhoriais lisboetas, de finais do século XVII a finais do século XVIII.

Os edifícios analisados, construídos para habitação, uma vez na posse da Misericórdia de Lisboa foram adaptados a Lares de Terceira Idade, Centros de Dia e outros equipa-

mentos afins, o que obrigou à introdução de profundas alterações na sua estrutura. Os intervenientes, impelidos a respeitar a fisionomia original dos edifícios mas tendo de acrescentar elementos novos indispensáveis ao bom funcionamento de equipamentos a serem utilizados por utentes com necessidades especiais (idosos, crianças e acamados), terão sentido alguma dificuldade em encontrar a melhor solução.

Contudo, ainda que muito alterados, estes edifícios mantêm elementos originais suficientemente expressivos para que se possa afirmar a sua importância no contexto da arquitectura erudita portuguesa, bem como elementos decorativos das diferentes campanhas de obras de renovação estética operadas ao longo do tempo, que traduzem a evolução do

gosto em Portugal e o gosto pessoal dos sucessivos proprietários dos imóveis.

Em suma, e procurando sistematizar os resultados desta breve abordagem à arquitectura erudita da Misericórdia de Lisboa, podemos afirmar que:

— Dos cinco imóveis analisados, quatro são palacetes urbanos, de pequena ou média dimensão e exterior discreto, que integram harmoniosamente a malha urbana da cidade de Lisboa. O quinto edifício analisado é um palácio de quinta, construído em meio rural, que entretanto foi “engolido” pela cidade num processo de expansão que teve particular significado a partir do século XIX.

— Três dos edifícios foram construídos no final do século XVII e erguem-se no Bairro Alto, na Rua da Rosa: O Palácio dos Marquês das Minas, o Palácio dos Leitão de Andrade (ligado interiormente ao anterior) e o edifício com os números de porta 269 a 277. Estes três imóveis apresentam estrutura idêntica, com a caixa de escada encostada à empena lateral direita antecédida de vestíbulo e um pátio murado nas traseiras. De comum, ainda, os silhares de azulejos do século XVIII que ornaram as escadas e as salas do piso nobre, mais exuberantes no Palácio dos Marquês das Minas e no edifício dos Leitão de Andrade, mas também de grande qualidade no terceiro imóvel.

— Já do período pombalino são os palácios Paiva de Andrada, na Rua de São Boaventura (Bairro Alto) e Monte-Real, na Rua de São Mamede ao Caldas (Freguesia da Sé), este último propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, cedido mediante Protocolo, assinado em 1990, por um prazo de cinquenta anos à Misericórdia de Lisboa. Ambos os edifícios apresentam pintura mural e de tectos, bem como estuques decorativos de finais do século XVIII e do século XIX, que conferem ao interior dos imóveis uma exuberância que contrasta com o exterior de linhas sóbrias e austeras. Ao contrário dos restantes imóveis analisados, estes dois apresentam águas-furtadas, elemento arquitectónico muito difundido a partir da segunda metade do século XVIII, época em que passa a intergrar o desenho geral da fachada e a estrutura do edifício.

— A Quinta Alegre, uma quinta de veraneio, setecentista, originalmente situada fora do perímetro da cidade (Charne-

ca do Lumiar), tal como os Palácios Paiva de Andrada (Bairro Alto) e Monte-Real (Freguesia da Sé), apresenta um interior ricamente decorado com pinturas murais e de tecto do início do século XIX e silhares de azulejos de padrão da segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

— Todos os edifícios estudados apresentam fachadas simples, a principal um pouco mais elaborada do que as restantes, animada pelas molduras dos vãos e pelas janelas de sacada do andar nobre, com guardas em ferro forjado.

— A nível planimétrico, encontramos um conjunto de soluções sóbrias: de planta em “U”, fechada por um muro, no caso dos palácios do Bairro Alto; planta rectangular no caso do Palácio da Quinta Alegre e planta em “L” no caso do Palácio Monte-Real.

— Silhares de azulejos, colocados nas paredes das escadas e de salas do piso nobre, animam o interior, estático, dos Palácios seiscentistas dos Marquês das Minas, Leitão de Andrade (ligado interiormente ao anterior) e da Rua da Rosa N.ºs 269 a 277 (Bairro Alto).

— Os Palácios Paiva de Andrada (São Boaventura) e Monte-Real, apresentam escadarias em madeira, construídas no final do século XIX.

— Nos cinco imóveis analisados a escada de acesso aos pisos superiores situa-se no seu interior, incluindo o caso do Palácio da Quinta Alegre, embora na arquitectura rural seja mais frequente a escada exterior, o que denota influências urbanas na planificação do edifício.

— Ainda no caso da Quinta Alegre, o pátio antecede a entrada no palácio, assumindo uma função de recepção, função essa reforçada pela presença de figuras de convite que dão as boas-vindas aos visitantes do palácio, o que não acontece nos restantes imóveis, nos quais o pátio se situa nas traseiras do edifício e se encontra separado da rua por um muro elevado. ■